

☐ REQUERIMENTO Número /XIII (.ª)

☒ PERGUNTA Número /XIII (.ª)

Assunto: Despedimentos encapotados nos CTT

Destinatário: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O grupo parlamentar do Bloco de Esquerda teve conhecimento, através do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações (SNTCT), que os CTT estavam a notificar vários trabalhadores para uma reunião com o objetivo de tratar de assunto relacionado com a sua situação profissional.

Na sequência das comunicações o sindicato terá notificado os CTT solicitando esclarecimentos. A resposta formal divulgada dava conta de que teria sido dado *“início a um processo de optimização de recursos humanos afectos aos Serviços Centrais ... foi identificado um conjunto de trabalhadores beneficiários da Segurança Social, que a empresa considerou reunirem determinadas condições cuja cessação do seu vínculo contratual não implicará substituição”*.

Na esfera de trabalhadores abrangidos, alegadamente, encontram-se trabalhadores dos Serviços Centrais, mas também trabalhadores da Distribuição e Tratamento, com limitações físicas atestadas por relatório médico e/ou Junta Médica, mas em condições de desempenharem as suas funções, sem restrições.

Assim, estes trabalhadores, a quem foram dados 5 dias de dispensa de trabalho para reflexão, esgotado este período sem que tenham aceite cessar o contrato “por acordo”, foram alvo de várias manifestações de assédio moral e, bem assim, de pressão.

Este período de dispensa dos trabalhadores teve repercussões graves na qualidade do serviço prestado, ficando correspondência por distribuir nesses dias, com todas as consequências gravosas que daí advêm.

Segundo o comunicado do SNTCT, a nível nacional, encontram-se *“112 postos de trabalho em falta, para além disso existem cerca de 102 assalariados e cerca de 290 trabalhadores agenciados”*.

O impacto no atendimento também é notório: *“filas de espera enormes, trabalhadores a sair das Estações após as 20 horas e deslocações diárias de inúmeros trabalhadores.”* O SNTCT fez uma contabilização a nível nacional e encontrou 71 postos de trabalho por ocupar.”

É de salientar que a “otimização” que a empresa pretende fazer pode ser assegurada com base nas cláusulas do acordo de empresa que contemplam as transferências por conveniência do serviço e a reclassificação profissional. Assim, na prática, a empresa pretende proceder a um despedimento coletivo sem ter o ónus do pagamento das indemnizações devidas forçando, assim, pela pressão e assédio moral, os trabalhadores a uma



revogação do contrato de trabalho “por mútuo acordo”, com todas as penalizações que daí decorrem.

É inaceitável que os trabalhadores dos CTT estejam a ser vítimas de assédio, pressionados a aceitar uma solução que coloca, de forma injustificada, em causa os seus postos de trabalho, sem que recorram às alternativas existentes no acordo de empresa, desrespeitando-se a contratação coletiva, os direitos laborais e violando-se de forma grosseira o princípio constitucional da segurança no emprego.

Não é demais recordar que, em 2013, o Bloco de Esquerda e o sindicato alertaram para o perigo de despedimentos em massa aquando da privatização dos CTT. O ministro da altura, Pires de Lima, recusou afiançar se os postos de trabalho estariam garantidos ou não, remetendo para a esfera privada o problema. Hoje, tal como em 2013, está em causa um serviço da máxima importância para os cidadãos e cidadãs, cuja privatização foi um erro.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, as seguintes perguntas:

1. O Governo tem conhecimento desta situação?
2. Tem conhecimento de ações inspetivas realizadas nos CTT? Quais foram os resultados dessas ações inspetivas?
3. Que medidas pretende o Governo tomar com vista a garantir que os CTT utilizam os mecanismos contemplados no acordo de empresa em lugar de tentarem impor, através de práticas de assédio punidas por lei, a cessação do contrato de trabalho?
4. De que forma pretende salvaguardar que os trabalhadores não são dispensados de trabalhar como forma de pressão para que cessem os seus contratos?
5. Como pretende assegurar e que não serão cessados, de forma massiva, contratos de trabalho e assim garantir o bom funcionamento dos serviços dos CTT, que são serviços essenciais aos/às cidadãos/ãs?

Palácio de São Bento, 14 de novembro de 2016.

O deputado e a deputada,

José Soeiro e Isabel Pires